

**DITADURA MILITAR. NOVE ENSAIOS SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA
[ADRIANO CODATO]**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59779>

Pedro Giovannetti Moura¹

Título: Ditadura Militar. Nove ensaios sobre a política brasileira

Autoria: Adriano Codato

Editora: São Paulo: Edições 70

Ano de publicação: 2023

Páginas: 235

No dia 25 de fevereiro de 2024 o ex-Presidente Jair Bolsonaro, em discurso proferido para uma multidão de mais de 100mil pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo, afirmou que:

Em 2014, disse que seria presidente da República lá no sagrado pátio das Agulhas Negras em Resende. E aconteceu. [Hoje] Nós não queremos o socialismo para o nosso Brasil. Nós não podemos admitir o comunismo em nosso meio. Nós não queremos ideologia de gênero para os nossos filhos. Nós queremos respeito à propriedade privada. Nós queremos o direito à defesa à própria vida. Nós queremos o respeito à vida desde a sua concepção. Nós não queremos a liberação das drogas em nosso país. Mas para isso nós devemos trabalhar todo dia dentro de casa, no trabalho, com os vizinhos e com os amigos. (...) Nós sabemos o que deve ser feito no futuro para que o Brasil tenha um presidente que tenha Deus no coração, que ame a sua bandeira, que se emocione quando canta o hino nacional. Que respeite a família brasileira e que ame, de verdade, o seu povo.”
Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-avenida-paulista/>)

Adriano Codato, autor do aqui resenhado *Ditadura Militar. Nove ensaios sobre a política brasileira*, afirma que esse era um livro praticamente pronto desde 2010, mas que não fora então publicado por julgar que os assuntos ali abordados – ditadura, militares – eram temas que não causavam mais o mesmo interesse de antes (p.30). ‘Sinistramente’, como dito pelo autor, para além do valor no campo dos estudos históricos, seu livro ganhou uma imensa atualidade a partir de 2018. O discurso do ex-Presidente da República reivindicando uma série de valores conservadores – o anticomunismo, o nacionalismo (entreguista, mas nacionalista), o direito à propriedade privada e a não laicidade do Estado – amalgamados em um projeto de poder sob a liderança militar, não deixa dúvidas: o livro de Codato é necessário do ponto de vista da disputa política da memória histórica, mas também como substrato para compreender o movimento de massas que é a extrema direita brasileira hoje.

Já adianto que considero este o aspecto crucial do livro e chave de leitura com a qual me debrucei sobre a obra. *Ditadura Militar. Nove ensaios sobre a política brasileira* tem um modelo de organização de difícil execução. Muitas vezes, ao se juntar diferentes artigos, ensaios, capítulos e resenhas de livros em um mesmo volume, se incorre no risco de que o livro perca sua organicidade, se convertendo em uma leitura fragmentada em busca de temas específicos. Não é o caso da obra de Codato. Talvez a “sinistra coincidência” com os acontecimentos políticos recentes da história nacional seja um elemento a mais à contribuir para coesão desses nove textos originalmente escritos em diferentes momentos.

Os nove capítulos estão reunidos em torno de três problemas básicos, conforme apontado pelo autor: i) ideologias mobilizadoras; ii) organização do Estado; iii) dinâmica político-institucional. Estes, combinados, buscam mostrar “uma notável persistência da ideologia conservadora e moralizante das camadas médias, de um lado, e uma visão profundamente autoritária do mundo por parte das elites militares, de outro.” (p.25). Essas três questões básicas latentes ao longo da obra, por sua vez, se expressam a partir de três grandes temas históricos: (a) a preparação e a construção das condições objetivas para o golpe de 1964; (b) o processo histórico de militarização da Ditadura Militar; (c) e a abertura. Se até 2018 seria comum ressaltarmos como o processo de abertura foi responsável direto pela formação da vida política brasileira contemporânea, após esse ano, discutir também o potencial mobilizador da ideologia conservadora e a militarização do Estado são temas do tempo presente².

Do ponto de vista teórico-metodológico, o livro oferece um frutífero intercâmbio entre História e a Ciência Política. Como pontuado por Marcos Napolitano em seu posfácio, Codato vai além da clássica concepção que limita a primeira ciência à produção de dados empíricos brutos para a análise da segunda a partir de modelos normativos (p.233). Essa superação é entendida a partir do rigor com que o cientista político tem no trato com a disciplina História. Logo na introdução de seu livro, afirma que, ao adentrar na seara da História Política, é necessário evitar três modos de emprego inadequado da História: (i) a História da “unicidade dos eventos”, concebida como o estudo do passado em si mesmo e por si mesmo; (ii) a História como material ilustrativo a fim de corroborar modelos explicativos; (iii) a História como um lugar de geração e acúmulo de mais casos para comparação. Deveríamos, na visão de Codato, conectar História e Ciências Sociais nem empiricamente (como na variante 1), e nem metodologicamente (como nas variantes 2 e 3), mas teoricamente. “Isto é, a partir da seguinte proposição: ‘a vida social desdobra-se no tempo’. Logo, ‘processos sociais reais têm [...] uma dimensão temporal’” (p.11).

A importância conferida à História não se restringe a uma discussão metodológica do início do livro, mas ganha ainda maior importância quando nos debruçamos sobre a análise dos capítulos da obra. Ali notamos como, para Codato, historicizar o período militar é de fundamental importância para não cairmos em explicações teleológicas que sinalizem para existência de pré-projetos prontos já em 1964 aplicados em sucessão. Os governos militares e do regime ditatorial em si como um produto de conflitos internos das Forças Armadas e condicionados pela movimentação externa da oposição é uma ideia chave defendida ao longo do livro.

Nos voltemos para os capítulos da obra. A princípio, ao propor uma divisão, poderíamos cindir os capítulos 1 e 2: se, no primeiro, são analisados fatos históricos anteriores ao golpe – grandes marchas

conservadoras –, o segundo já analisaria a própria história política dentro do regime militar com a proclamação do AI5, em 1968. Contudo, a própria concepção de Codato apresentada no segundo capítulo, a saber, de que o AI5 seria a concretização do golpe militar de 1964 e o evento capaz de unir as diferentes alas militares por uma pauta mínima – o anticomunismo –, faz com que possamos interpretar esses dois primeiros capítulos como um mesmo bloco.

O primeiro capítulo do livro se volta para uma análise da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em perspectiva comparada a outro evento menos estudado pela historiografia do período, a “Marcha a favor do Ensino Livre”, em Curitiba, Paraná. Mais do que uma comparação justificada pela proximidade histórica e composição social, a análise empreendida por Codato é particularmente interessante quando vista à luz dos pressupostos de George Rudé³. Rudé (1980) propõe uma forma de analisar protestos populares a partir da diferenciação de dois tipos de ideários: um inerente ao próprio grupo, “baseado na experiência direta, na tradição oral ou memória folclórica”, e outro derivado ou tomado de empréstimo de outros ideários, que, ao ser apreendido, “usualmente adquire a forma de um sistema mais estruturado de ideias, políticas ou religiosas” (1980, p.38). Em suma, propõe Rudé um tipo de adaptação da discussão característica do debate sindicalista dos anos 1980, isto é, a busca pela justa correlação entre as pautas concretas da vida do trabalhador e as que incidem na grande conjuntura política.

Codato, aqui, pontua como muitas atividades antigoverno respondiam a estímulos muito particulares, o que contribuiria para colocar em xeque a ideia do golpe político militar de 1964 como uma superconspiração de um ou mais setores da sociedade. É tendo essa ideia em mente que o autor se debruça sobre a atuação da UCF (União Cívica Feminina paranaense) e da Acopa (Associação Comercial do Paraná) na organização de um grande ato contra a adoção de um “Livro único” de estudos sociais pelo MEC e da possível (e bastante improvável) estatização de escolas particulares do estado, o que atingiria sobretudo os colégios católicos. O receio da implementação de um “livro comunista para todos os cursos primários” (p.43) foi um elemento capaz de mobilizar as camadas contra a “ameaça comunista”. Impossível, nesse caso, não apontar para as semelhanças de pautas e atores sociais hoje envolvidos nos movimentos “contra a doutrinação ideológica” capitaneados pela extrema-direita e que foram mais bem traduzidos pela atuação do movimento “Escola Sem Partido”.

O ponto alto do capítulo está na comparação do movimento paranaense com a grande marcha paulista, responsável por levar cerca de 500 mil pessoas para o centro de São Paulo para protestar contra o governo de João Goulart. Em ambas há uma obediência estrita aos valores tradicionais cristãos, a defesa da simbologia religiosa, das “liberdades individuais” e da propriedade privada; em ambas há uma crítica genérica ao populismo e, sobretudo, ao “caráter ateu do comunismo”. Mas não só. A própria composição social de ambas as marchas encontra paralelos: camadas médias assustadas pela movimentação das reformas de base, insufladas por um discurso fortemente cristão anticomunista e estimuladas por organizações empresariais⁴ – Acopa em Curitiba e organização patronais da esfera de influência do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), em São Paulo.

O estudo de caso proposto pelo autor serve a um propósito teórico fundamental e que perpassa a obra como um todo. Ao sustentar, conforme pontuado por Décio Saes⁵, que a marcha política

desequilibra a correlação de forças em favor dos conservadores e oferece o “pretexto ideológico e legitimação social” (1984, p.34) para o golpe de 1964, Codato se presta a um duro papel. Este é: reconhecer que, embora tenha havido um golpe em 1964, este se construiu com um amplo respaldo de setores da sociedade civil organizada; mais do que uma conspiração militar, a Ditadura foi uma representação política de uma ampla mobilização social – com um projeto de poder excludente e financiada e estimulada por grupos poderosos da sociedade, mas, ainda assim, uma ampla mobilização social.

Se o primeiro capítulo aborda um dos componentes da criação de condições objetivas para o golpe e a posterior implementação de um regime militar, o segundo capítulo segue a mesma seara. Isso porque, na visão de Codato, “o golpe político-militar de 31 de março de 1964 somente se concretiza como regime ditatorial-militar em 13 de dezembro de 1968, após a edição do Ato Institucional n.5” (p.59). Isto é, entre o golpe militar de 1964 até a produção de um regime ditatorial-militar, de fato, há um conjunto de quatro anos com uma sequência de eventos históricos próprios que explicam o caráter assumido pelo regime após 1968. Essa afirmação carrega um importante significado para entendermos a visão do autor sobre o período: em 1964 não havia uma irreversível tendência a militarização do regime; é o desenrolar de eventos históricos particulares que culminará nessa nova organização política.

Dois pontos merecem destaque no capítulo. O primeiro deles é como a importância conferida à disciplina História, na apresentação do livro, ajuda a nos entender a própria visão do autor para o período: a preponderância dos processos sociais se sobrepõe à noção da História como um mero levantamento de dados para comprovação de um determinado modelo. Por consequência, ao recusar uma perspectiva teleológica para os acontecimentos precipitados entre 1964 e 1968, o autor se debruça sobre as quatro principais teses sobre a Edição do AI5 – tanto “internalistas” quanto “externalistas” – para propor sua tese para 1968. Esta seria uma correta articulação entre elementos internos (das Forças Armadas) e externos (pressões da sociedade civil): “a radicalização do movimento das oposições em 1968, o seu caráter de massa e o papel dirigente que os estudantes cumpriram nessa conjuntura apareciam, para as cúpulas das Forças Armadas, sem necessariamente serem, como perigosos elementos de desestabilização não apenas do governo Costa e Silva, mas principalmente da ‘Revolução’”. (p.82). A percepção de uma “guerra revolucionária” decorrente da tendência inexorável à “subversão” dos movimentos sociais foi, assim, um elemento de coesão entre as diferentes correntes militares em torno de um programa comum. Isto é, pensando em um processo histórico que partiria das grandes marchas contra Goulart e que culminaria, anos depois, com a implementação do AI5, teríamos na exploração do anticomunismo um elemento central na movimentação do campo conservador.

Os capítulos 3 a 5 tem como tema o caráter militar do regime. A noção de ‘militarização’ é mais bem definida no capítulo cinco, em que o autor explica se tratar da confluência de três fenômenos distintos: (a) a participação direta ou ocupação de cargos na administração pública por militares em postos tradicionalmente reservados a civis, em uma abordagem mais quantitativa; (b) a influência das doutrinas militares nas decisões do governo. Exemplo recorrente seria o impacto que as orientações da Doutrina de Segurança Nacional exerceram na formulação de projetos políticos no período ditatorial; e (c) a

transferência de normas e valores das Forças Armadas não só ao sistema decisório do Estado, mas ao sistema estatal como um todo; o predomínio do *ethos* militar sobre o *ethos* burocrático (p.136). A definição de militarização do regime, proposta por Codato, vai ao encontro da tese defendida no capítulo anterior: não poderíamos tratar de um *regime militar* já em 1964, tendo em vista que o processo de militarização deve ser compreendido de uma forma mais complexa.

Para tanto, no capítulo três, é apresentada uma resenha do livro de João Roberto Martins Filho, *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1967)*. A tese central é de que a institucionalização da ditadura é um produto historicamente construído por uma sucessão de conjunturas críticas que implicam na tomada de decisões pelos principais atores políticos; é essa sequência que explica os elos que compõe a ditadura. Essa institucionalização seria marcada pelo avanço da militarização do Estado. Já sobre o AI5, se retoma a visão anteriormente apresentada, isto é, de que seria uma forma de coesionar os diferentes grupos intramilitares em defesa de um bem comum – a “revolução”. A cada momento de contestação aberta por forças da sociedade civil, a militarização do regime é ampliada, como uma forma de, duplamente, conferir maior efetividade de combate frente ao “inimigo”, e, também, coesionar as diferentes alas militares, mais diversas e complexas do que a simples divisão entre moderados e linha-dura (p.103).

Se debruçando sobre a militarização do regime, no quarto capítulo é apresentada uma disputa pela liderança dos ministérios, pela autoridade sobre a formulação da agenda de governo e pelo poder de comando sobre o conteúdo da política econômica, através da análise do embate entre os modelos de Estado formulados por Simonsen e Reis Velloso. A partir de dois documentos reservados do *Arquivo Privado Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira* (APGCS/HF), Codato adentra a seara do arranjo burocrático e da divisão de competências na gestão da economia. O ponto central da análise não está em uma tão alardeada disputa entre civis e militares pelos postos de comando do governo, mas sim nas disputas de círculos dirigentes civis do regime pelo comando global da economia nacional. O capítulo conclui com um importante “chamado” pela necessidade do desenvolvimento de investigações que se debruçam sobre a atuação dos decisores públicos.

O debate civis x militares nos governos militares também é o tema do quinto capítulo, em que o autor busca discutir o quão militarizado foi o processo decisório da política econômica. A tese defendida pelo autor é a de que a presença militar seria muito mais tutelar no processo decisório de política econômica, e sua importância muito mais relativa do que se poderia sugerir a presença militar na área política (p.134). O capítulo traz pressupostos interessantes: a Ditadura é Militar (e não *civil-militar*), mas esse caráter militar não se dá *a priori*, com o golpe de 1964, mas o que há, sim, é uma militarização ao longo do tempo. Essa militarização, por sua vez, não deve significar a exclusão de outros atores envolvidos nos espaços centrais de poder:

“O sistema político brasileiro no pós-64 foi dominado pelas cúpulas das Forças Armadas, mas o sistema decisório não se tornou, necessária e automaticamente, militarizado. Isso não diminui o caráter militar do regime, mas torna o funcionamento do Estado ditatorial bastante mais complexo e distante, portanto, da imagem estereotipada representada reiteradamente no ‘general do Exército Presidente da República.’” (p.137)

Os militares, assim, tinham poder de veto somente em ‘grandes decisões’, conforme o depoimento de Mario Henrique Simonsen a Lourenço Dantas Mota. (p.138) Essa formulação de política econômica sempre foi uma tarefa assumida pelos ministros e técnicos civis e envolvia uma articulação estreita com a comunidade empresarial. A relação entre empresários e o regime militar, no entanto, parece receber uma formulação um pouco esquemática por parte do autor. Afirma Codato que os empresários garantiam sua presença no sistema decisório através de representação direta via conselhos de política econômica e de um mecanismo de ‘anéis burocráticos’. Estes se caracterizariam por “alianças transitórias” em torno de *pólices* específicas (p.140). Ora, o que descreve aqui Codato é muito similar a uma clássica estrutura de *lobby*. As formulações do citado Dreifuss e de outros pesquisadores que se debruçaram sobre as relações empresariais-ditadura, no entanto, apontam como esses empresários agiam como próprios formuladores de políticas públicas⁶, e tinham uma posição de participação ativa na construção do regime.

Os últimos quatro capítulos da obra podem ser vistos sob a chave do fim do regime militar, ou da análise sobre os responsáveis pela abertura política. Aqui, a escolha do autor para discutir esse processo merece destaque: nos capítulos seis, sete e oito, Geisel e a construção de sua memória são os personagens principais. Apesar de já extensamente discutido pela literatura do período, a forma de abordagem de Codato é particularmente interessante. Poderíamos afirmar que no capítulo seis é apresentada a “memória por encomenda”; no capítulo sete, a “memória autoconstruída”; e, no capítulo oito, a “memória liberal”.

O sexto capítulo é a resenha do livro de Armando Falcão, *Geisel: do tenente ao presidente*. Ex-ministro da justiça de Geisel, a obra de Armando Falcão é responsável por contribuir para construção da mitologia de Geisel. Cita Codato como, por exemplo, as omissões ao fato de Geisel haver frequentado o *Army Command and General Staff College*, em Kansas, Estados Unidos; à passagem pela Escola Superior de Guerra, um importante *think thank* castelista (p.153), criam uma história bastante palatável para Ditador. Soma-se isso à parcialidade com que apresenta ‘a figura, os fatos e os feitos’. O livro de Armando Falcão, assim, seria um bem-acabado exemplo da “história por contrato”, prática bastante difundida no campo da história empresarial, marcada por uma visão bastante acrítica e elogiosa ao objeto de análise.

No capítulo sete, o autor bem destaca alguns dos limites do importantíssimo livro de Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, *Ernesto Geisel*. Afirma Codato que, além do valor histórico, já que o livro somente viria a público apenas após a morte de Geisel, há outros dois fins mais políticos presentes na obra: ajustar as contas com amigos e inimigos de farda e “projetar a imagem que o general gostaria de si próprio para a posteridade” (p.162). Prova disso é o fato de o texto definitivo ter sido revisado e completado minuciosamente com fatos pelo próprio ex-Presidente, garantindo uma imagem de Geisel projetada pelo próprio: nacionalista em política externa; desenvolvimentista em política econômica; pragmático em questões de Estado; anticomunista, mas estatizante (p.162) A ressalva de Codato sobre esse tipo de obra é fundamental, ao apontar os limites do gênero biográfico:

a supervalorização da história de vida, mesclada com a vontade de penetrar na intimidade do entrevistado para daí alcançar a caixa preta do Estado e decifrar seus segredos políticos e sua imensa maquinaria decisória. Mas esse método tem um poderoso inconveniente, a ‘ilusão biográfica’. Supor, como lembrou Bourdieu, que uma vida constitui um conjunto compacto e coerente, alinhavado por um projeto, pessoal ou político, e que é permitido ao biógrafo ou ao biografado firmar nexos causais,

encontrar razões e desvendar as verdadeiras intenções de tais ou quais posturas dá uma coerência artificial onde ela não pode existir senão a posteriori.’ (p.166)

Por fim, o autor se volta a uma das principais obras sobre o regime militar, com uma resenha sobre o livro de Elio Gaspari, *A ditadura encurralada*. O enfoque escolhido é interessante, ao não tanto tratar o processo histórico em si, mas a abordagem sobre os princípios historiográficos subjacentes à sua interpretação da política nacional. A história de Gaspari está centrada na análise de duas figuras-chave: Ernesto Geisel e Golbery do Couto, que ‘fizeram a ditadura e acabaram com ela’ (p.169). As ações inspiradas pelo General Golbery e por Geisel para enquadrar a extrema direita militar e evitar a anarquia (a indisciplina do porão frente a cadeia de comando e a ascensão do Ministério do Exército, um centro de poder autônomo em relação à presidência da República) são amplamente destacadas e ajudam, nas palavras de Napolitano, a criar a mitologia liberal sobre Geisel 7.

O último capítulo da obra aborda, por fim, alguns aspectos da visão do autor sobre o processo de transição. Retoma Codato a centralidade da análise do movimento histórico como uma forma de explicar as tomadas de decisão políticas que resultam na conformação desse processo, propondo uma periodização em seis grandes fases da implementação do regime para a abertura (p.198 a 200). Mais que uma cronologia, afirma o autor tratar-se de uma periodização, uma subdivisão temporal do espaço político que diz respeito à ação aberta ou velada das classes sociais e dos grupos políticos e militares.

Ditadura Militar. Nove ensaios sobre a política brasileira, assim, é um livro que, tanto do ponto de vista da política atual como do debate historiográfico sobre o regime militar, apresenta importantes contribuições. No atual contexto político, mais do que “debate de historiador”, o livro se insere no mais amplo debate público.

Referências:

CODATO, Adriano. *Ditadura Militar. Nove ensaios sobre a política brasileira*. São Paulo: Edições 70, 2023.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986. Rio de Janeiro: Editora Espaço e tempo, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p.230-238.

OLIVEIRA, Francisco. De. A metamorfose de arribação. Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. In: **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

Notas

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Pesquisador visitante na Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales da Universidad Complutense de Madrid (UCM). Membro do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0967885032582238>. Orcid: . E-mail: pedrogimoura@hotmail.com.

² É evidente que o golpe de 1964 e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, são fatos históricos singulares com contextos muitas vezes distintos. O papel jogado pelos Estados Unidos, a atuação das grandes Igrejas Neopentecostais, o papel do agronegócio, as milícias... Todos esses são elementos que particularizam momentos históricos. O que apontamos tão somente é, que nos valendo da riqueza propiciada por uma perspectiva compara da história, seria possível identificar condicionantes, atores sociais e um movimento histórico semelhante nesses casos.

³ RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

⁴ A citação à obra de Dreifuss para o estudo das organizações empresariais e seu apoio ao golpe de 1964 é quase mandatória. Ver: DREIFUSS, R.A. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

⁵ SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

⁶ Sobre o assunto, ver DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986. Rio de Janeiro: Editora espaço e tempo, 1987; OLIVEIRA, F. De. A metamorfose de arribaçã. Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. In: Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p.230-238.

Recebido em: 11 de mar. 2024

Aprovado em: 31 de mar. 2024